

**OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE: TRANSGRESSÕES E
VIOLÊNCIA NA ESCOLA
THE CHALLENGES OF THE TEACHING PROFESSION: TRANSGRESSIONS
AND VIOLENCE AT SCHOOL**

Elaine Aparecida Pereira⁶

RESUMO

Este artigo trata do relato de duas experiências envolvendo situações de transgressão (indisciplina) e violência em escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de São Paulo. O objetivo do trabalho é analisar tais experiências com base no pensamento de autores que se dedicam à discussão desses temas e sua relação com o contexto social em que a escola está inserida, como Adorno, Charlot, Fanfani e Ianni. Os fenômenos da indisciplina e violência serão analisados a partir dos conceitos de violência na escola, violência à escola, transgressão, autoridade esclarecida e condescendência pedagógica.

Palavras-chave: Escola. Transgressão. Violência. Incivilidade.

1 INTRODUÇÃO

O início da vida profissional como docente nos impõe muitos dilemas e desafios, uma vez que a formação nos cursos de licenciatura, por melhor que seja, não é suficiente para prever ou se antecipar a todas as adversidades presentes no cotidiano escolar, e jamais poderia ser, uma vez que a realidade objetiva é sempre dinâmica e singular. Nesse sentido, o arcabouço teórico que norteia a prática docente é, na maioria das situações, um instrumento limitado que pode nos fazer compreender os múltiplos fatores que determinam um fenômeno, porém, não pode nos oferecer metodologias capazes de responder a todas as situações em sua complexidade, ou seja, não é possível oferecer fórmulas.

⁶ Doutora e mestre em Educação: História, Política, Sociedade (área de concentração Educação e Ciências Sociais) com pesquisas sobre o tema das relações escolares e graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Ciências Sociais, pela Fundação Santo André. Cursos licenciatura em Pedagogia na Universidade Cidade de São Paulo. Atua como professora de História na educação básica, desde 2003, tem experiência em gestão escolar e leciona no ensino superior na área das licenciaturas.

Para além das questões de aprendizagem, do ensino de certos conteúdos curriculares que envolvam também o planejamento e o desenvolvimento de estratégias de avaliação, o docente terá que ocupar-se de uma série de demandas que fazem parte de suas atribuições profissionais, como garantir um ambiente favorável à aprendizagem; mediar conflitos entre os alunos; dialogar com as famílias; desenvolver projetos em parceria com outros professores; participar efetivamente das decisões coletivas sobre questões pedagógicas e da organização escolar; e, nos casos em que são garantidas as condições para uma gestão democrática, compreender a realidade política, social e econômica em que a escola está inserida, entre outras.

Em todas as atribuições docentes está presente a questão das relações interpessoais, o que exige do profissional habilidades que são pouco discutidas na formação inicial. A relação entre professores e alunos é a principal delas. Como agir frente aos esperados e inevitáveis conflitos que permeiam o cotidiano de uma sala de aula? O que fazer diante das situações de indisciplina ou das cenas de incivilidade? Como atuar em episódios de violência? Essas são indagações que com frequência se impõem aos docentes logo nos primeiros dias de exercício da profissão.

Os procedimentos adotados pelo docente geralmente são orientados pela tendência presente na unidade escolar, que pode ser mais punitiva ou mais conciliatória, o impelindo a agir de forma irrefletida. Há também a possibilidade de que o docente tende a agir de forma a reproduzir o comportamento observado em seus próprios professores diante de tais situações ao longo de sua vida escolar. Isso ocorre porque, muitas vezes, o docente não encontra apoio nos colegas ou na equipe gestora, ou até mesmo evita tornar públicas as suas inseguranças por medo de julgamentos, pois existe uma concepção arraigada na escola de que o bom professor é aquele que “domina a sala”, isto é, tem controle sobre a sua turma e não leva problemas para a direção.

Esses dilemas acompanharam a minha vida profissional desde os primeiros momentos em que estive em uma sala de aula como professora e, inclusive, tornaram-se tema da minha dissertação de mestrado. Dessa forma, este artigo tem por objetivo relatar duas experiências que vivi como professora de História no ensino fundamental, na rede municipal de ensino de São Paulo, envolvendo as questões de indisciplina e violência na escola, além de apresentar uma análise, entre tantas possíveis, sobre esses fenômenos à luz do pensamento dos seguintes autores: Adorno, Charlot, Fanfani e Ianni.

2 A PROFISSÃO DOCENTE

Sempre adorei a figura do professor. Quando criança, logo nos primeiros anos de escolarização, era daquelas alunas chatas que ficava na porta da sala dos professores esperando a professora voltar do intervalo, só para caminhar ao seu lado até a sala de aula. Na segunda série, nos anos 1980, costumava visitar a minha professora em sua casa aos sábados. Ela morava em frente à escola e estava sempre fazendo faxina. Nunca deixou de me receber e sempre me oferecia um pedaço de chocolate branco, que nunca gostei muito, mas jamais recusei.

O hábito de conversar com os professores ao final da aula me acompanhou durante toda a minha trajetória como estudante, adorava saber sobre a vida de cada um deles e o que pensavam sobre o mundo. Claro que sempre tive as minhas preferências, mas, no geral, a figura de professor sempre me encantou.

Como aluna, convivi com professores de vários tipos, desde aqueles que ainda praticavam castigos físicos, como bater em nossas pernas com ripa de madeira e nos obrigar a fazer polichinelo carregando alguns livros em cada braço, até aqueles que nos orientavam a jamais pedir para ir ao banheiro, dizendo que deveríamos ser livres e agir com responsabilidade. Poderíamos sair da sala a qualquer momento sem dar satisfações, desde que nos responsabilizássemos pelos nossos atos, o que significava aceitar as consequências.

Essa experiência aconteceu na quarta série, logo após a redemocratização do país. Havia um clima de liberdade e entusiasmo no ar, não cantávamos mais o hino nacional, mas o hino da nossa escola, escrito por esses professores: “Juntos escalaremos a montanha do saber, juntos escalaremos o seu pico azul, nossos corações esperançosos sonham com um belo Brasil, justo, feliz e forte (...)”, dizia a canção.

No ensino médio, conheci professores que haviam lutado contra a ditadura militar e sido perseguidos. Esse assunto me interessava muito e nossas conversas me incentivaram a reabrir o grêmio estudantil da escola junto com outros alunos. Nessa época eu já desejava ser professora e via a profissão como um instrumento para transformar o mundo. Inquieta frente às questões sociais, fui cursar Ciências Sociais. Depois de formada, diante das dificuldades de conseguir aulas de sociologia, resolvi cursar História.

Entrei em uma sala de aula como professora pela primeira vez em 2003. Junto comigo entraram todos os meus professores, impregnados em minha memória afetiva, a minha expectativa de que ali era o lugar para começar a mudar o mundo e toda a idealização sobre o que era ser aluno e o que era ser professor. O choque de realidade foi imediato. Sim, eu tinha muitas idealizações, apesar das diversas disciplinas que cursei na licenciatura e que me apontavam para a complexidade da educação.

Entre 2003 e 2005 atuei como professora contratada da rede estadual de ensino de São Paulo, na maior parte do tempo como eventual, ou seja, sem classe atribuída, lecionando as disciplinas de História e Geografia. Me efetivei em 2005 na rede municipal de ensino de São Paulo, onde permaneço como docente até hoje. Entre 2003 e 2010, passei por mais de 15 escolas e, apenas a partir de 2011, consegui completar a minha jornada em uma única unidade. Durante esse período, muitos eventos os quais vivenciei, relacionados ao tema da indisciplina e da violência na escola me marcaram, destacarei nesse artigo dois que considero os mais significativos.

2.1 Caso 1: A chegada na rede municipal de ensino de São Paulo

A expectativa de me efetivar como professora de escola pública me acompanhou a partir do final da graduação em Ciências Sociais, no ano de 2002. Desde então, grande parte da minha experiência como docente concentrava-se no ensino médio. Em 2005, quando me efetivei na rede municipal, passei a lecionar exclusivamente no ensino fundamental. Afora as diferenças marcantes entre as redes, havia também o desafio de lecionar para alunos mais novos, com idade entre 11 e 14 anos.

Minha primeira aula na rede municipal destinava-se ao atendimento de uma turma de 7ª série/ano. Ao chegar na escola, fui orientada pela auxiliar de período – cargo que existiu por pouco tempo na rede, em que um professor assumia a função de organização do período – a me dirigir até a sala, sem nenhuma apresentação prévia, e “dar” a minha aula. A escola estava localizada em uma área de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo, ocupava um prédio antigo, no formato de uma caixa, com pouca luminosidade e ventilação, nenhuma área verde e muitas escadas. A sala de aula em questão ficava no piso superior. O cheiro de comida que saía da cozinha às três da tarde infestava todo o prédio.

Ao chegar até a porta me deparei com uma cena até então surpreendente para mim. Muitos alunos estavam em pé em cima das mesas, movimentando os braços para cima e para baixo, emitindo sons de passarinhos, como se assim o fossem. Parada na porta, observei atentamente a cena por alguns instantes, tentando entender o que acontecia. Os alunos continuaram performando por alguns minutos, até que a auxiliar de período chegou no local acompanhada da direção da escola. Sem dirigir nenhuma palavra a mim, as profissionais adentraram a sala e a auxiliar de período proferiu a seguinte frase: “Pessoal, o que está acontecendo aqui? A sala está cheia de passarinhos? Pessoal, vamos parar, por favor! De onde a professora vem não tem essas coisas, ela não está acostumada com isso. O que a professora irá pensar de vocês? Vamos mostrar pra ela que apesar de pobres, vocês são educados!”

Essa frase me marcou profundamente, não emiti nenhum comentário a respeito. Entrei na sala, me apresentei aos alunos e iniciei a aula com a sensação de que havíamos começado mal, afinal, a auxiliar de período já havia me colocado em uma posição de superioridade cultural e econômica em relação aos alunos. De acordo com o meu horário, eu deveria retornar a essa turma na terceira aula e imaginei que dessa vez seria melhor. Ao retornar à sala de aula, a cena se repetiu e a auxiliar de período, mais uma vez, apareceu, no entanto, seu discurso agora era outro.

Demonstrando irritação, a profissional disse que convocaria os pais dos alunos indisciplinados da turma. Uma discussão se instaurou entre ela e os alunos e a aula foi comprometida. No final do período, ao encontrar alguns alunos dessa turma no pátio fui surpreendida com ofensas e palavrões. Os alunos me xingavam de “vaca” atribuindo a mim a responsabilidade pela convocação de seus pais.

Imediatamente, procurei a funcionária e questionei a sua postura e as medidas adotadas. Expliquei que eu já tinha uma certa experiência como professora e que não gostaria de ter uma relação tutelada com os alunos. Que pretendia construir a minha relação com eles, sem a interferência dela, e que ela havia se precipitado ao convocar os pais. A auxiliar de período reagiu dizendo para eu não me preocupar que ela não havia convocado os pais, mas que era para eu me acostumar com o comportamento desses alunos.

Me disse que eu estava chegando na rede municipal de ensino e que ali era assim que funcionava, os alunos frequentavam a escola apenas para comer e como na casa deles não tinha quintal, eles utilizavam a sala de aula como um espaço de lazer. Disse

ainda que eu conseguiria o respeito deles quando estivesse velha, gorda e feia como ela. Lecionei o ano letivo inteiro nessa escola e ao longo do tempo percebi que ali existia uma indisciplina generalizada e, muitas vezes, naturalizada entre os docentes. Vivenciei muitos episódios de indisciplina e violência, e evitei expor o problema aos colegas, com medo de que considerassem que o problema era eu.

2.2 Caso 2: Na hora errada, no lugar errado

Era o primeiro semestre de 2009, eu estava lecionando em um Centro Educacional Unificado (CEU) recém-inaugurado. Como ocorre com todas as unidades novas, as escolas vizinhas haviam encaminhado para o local os alunos considerados mais problemáticos, alegando que sua residência ficava mais próxima. A situação era dramática, além da falta de recursos, como livros, computadores, armários e canetões para lousa branca (novidade na época), o contato com as famílias era muito difícil, não havia dados atualizados, a equipe de profissionais da educação era nova e o sentimento de pertencimento dos alunos a essa unidade era zero.

A relação com os alunos era muito difícil, nos testavam a todo momento e não reconheciam a nossa autoridade como professores. A maioria desejava retornar para a escola de origem e também por isso nos desafiavam, esperando que fossem “devolvidos”. Os problemas se acumulavam e o desgaste era grande. Tentávamos convencê-los de que a mudança era positiva, no entanto, até o momento não tínhamos muito a oferecer.

Eu lecionava em oito turmas e conhecia a maior parte dos alunos presentes nas listas, pois nem todos frequentavam a escola. Certo dia, entro em uma turma da 7ª série/ano, na segunda aula, e percebo a presença de um aluno novo, Rafael (nome fictício), que destoava da turma pelo seu comportamento e aparência. Era visível que a idade do aluno não era a mesma da média da turma, 13 anos. Antes de responder ao meu bom dia, Rafael se dirigiu a mim pedindo para sair da sala, sem justificativa, estava agitado e impaciente. Solicitei que o mesmo aguardasse a chamada e que depois conversáramos.

Realizei a chamada e retomei as orientações sobre um trabalho solicitado. A atividade seria em grupo e os alunos já haviam escolhido o tema de pesquisa. Como de costume, fiz um esforço para tentar incluir o aluno novo em algum grupo, a fim de integrá-lo à turma, no entanto, sua resistência foi clara. Ofereci a oportunidade de fazer

o trabalho sozinho e apresentei diversos temas para pesquisa. O aluno passou a questionar esse formato, dizia que seria prejudicado pois teria que realizar o trabalho sozinho, e ao mesmo tempo, discordava dos temas propostos, dificultando o alcance de uma solução. Em meio à conversa, Rafael levantou da carteira, aumentou o tom de voz e disse que não ficaria na sala. Abriu a porta e retirou-se sem autorização.

No corredor, o aluno foi flagrado pela diretora que passava, e levado até a direção. Em seguida fui chamada e questionada sobre o ocorrido. Diante do relato, a diretora entregou uma convocação a Rafael solicitando a presença do seu responsável no dia seguinte e me orientou a preencher um livro de ocorrência descrevendo o episódio. Nesse momento o tempo da aula já havia terminado e não tive mais contato com o aluno.

Ao terminar o período de aula, saí da escola em direção ao meu carro que ficava na rua, pois a unidade ainda não tinha estacionamento próprio. Na calçada fui surpreendida por um grupo de adolescentes de bicicleta, aproximadamente seis ou sete. O grupo me cercou e do meio deles saiu o Rafael gritando “É ela! Atrás dela! Pode pegar!”. Nesse momento, me aproveitei do tumulto da saída e me coloquei entre uma turma de alunos da educação infantil que caminhavam em direção ao transporte escolar. Consegui chegar ao carro, no entanto, observei que o grupo de adolescentes, juntamente com o aluno em questão, também de bicicleta, me seguia. Saí com o carro e fui seguida por eles ao longo de um trecho da avenida, aproximadamente um quilômetro. Ao chegar em casa entrei em contato com a direção e relatei o ocorrido.

Retornei à escola no dia seguinte esperando conversar com os responsáveis pelo aluno, no entanto, o encontrei sentado sozinho na sala da direção. Nesse dia, meu horário começava na segunda aula. Perguntei à diretora se os responsáveis pelo aluno haviam comparecido. A mesma informou que não, mas que havia deixado o aluno entrar na escola porque ele estava sendo ameaçado de morte por traficantes do bairro e me explicou que a situação estava relacionada ao episódio do dia anterior.

Segundo a diretora, o aluno estava frequentando a escola para acompanhar de perto o trabalho de um aluno da 6ª série/ano, Flávio (nome fictício), que estaria encarregado de vender drogas no local. No exato momento em que entrei na sala de aula no dia anterior, Flávio havia pulado o muro da escola e atirado um paralelepípedo no vidro de um carro estacionado na porta. Rafael havia pedido para sair da sala justamente

nesse momento para ajudar o Flávio, que estava tendo que explicar o ocorrido para a polícia que fora chamada pela diretora.

O episódio teria chamado a atenção de dois grupos rivais de traficantes instalados no bairro, aquele ao qual Flávio e Rafael faziam parte e ainda, um segundo grupo. As facções ficaram incomodadas com a presença da polícia no local e trataram de intimidar a diretora. Na mesma tarde a diretora foi surpreendida com a visita do líder de uma das facções e, alguns dias depois, recebeu um telefonema ameaçador cujo interlocutor era um líder do grupo rival. A fala de ambos era a mesma: a polícia não deveria ser chamada pela escola em hipótese alguma. Um deles chegou a dizer que sabia onde a diretora morava, citou o seu endereço, e a aconselhou a ir embora da escola, atitude que ela tomou dias depois do ocorrido.

Se por um lado, os grupos concordaram sobre a presença da polícia atrapalhar os negócios, por outro lado, o episódio provocou um conflito entre as facções, que teve como desdobramento a chacina de alguns adolescentes, que não eram alunos da escola, na manhã seguinte. Na lista estava Rafael, que permaneceu na escola protegido até o final do período.

A mãe de Rafael compareceu à escola no dia seguinte. A minha conversa com ela foi acompanhada pelo grupo de professores que, em um gesto de solidariedade, fizeram questão de demonstrar que a questão não era pessoal, mas que poderia ter ocorrido com qualquer docente. Após relatar o ocorrido, manifestamos a nossa preocupação com a segurança do aluno. A senhora não demonstrou nenhuma surpresa, disse estar ciente da situação do filho, e nos informou que o pai do aluno estava preso, portanto, essa situação não era novidade para a família.

Demonstrando pressa, a mãe interrompeu a conversa várias vezes, alegando que precisava trabalhar. Aproveitando a oportunidade, me dirigi à mãe e disse que eu também era uma trabalhadora e que, como tal, necessitava de segurança para trabalhar, mas que estava me sentindo ameaçada por Rafael. Diante da minha fala, a mãe fez a seguinte indagação ao filho: “Rafael, você ia matar a professora?”, e o aluno respondeu: “Eu ia mãe, mas não vou mais. Só que agora é o Murilo que quer” e a mãe continuou: “Rafael, você sabe que o Murilo mata mesmo”.

Nesse momento eu percebi que não poderia contar com a mãe, que seria necessário tentar resolver a questão com o próprio aluno. Ao término da reunião, abordei Rafael no corredor e perguntei se ele pretendia realmente me matar e se

considerava que eu havia feito algo tão grave contra ele que justificasse a minha morte. Rafael respondeu que sim, que pretendia me matar, mas não faria mais isso. Segundo o aluno, a razão seria o fato de eu ter atrapalhado o seu trabalho na escola.

Rafael disse que havia conseguido um cargo de confiança e de muita responsabilidade dentro da facção, que ele denominou “partido”, que sua função era supervisionar os adolescentes que vendiam drogas na escola e no bairro, e que não gostaria de decepcionar os seus superiores. Conversamos sobre os riscos que corria fazendo parte do tráfico e ele disse estar disposto a isso. No meio da conversa insisti para que ele me garantisse que não cometeria nenhuma violência contra mim. Rafael disse que o assunto estava encerrado.

Depois desse dia nunca mais vi o aluno e, durante meses, ao dirigir da escola até a minha casa, eu tinha a sensação de que ele estava sentado no banco traseiro, por vezes, checava antes de entrar.

3 TRANSGRESSÃO E VIOLÊNCIA: A NECESSIDADE DA AUTORIDADE ESCLARECIDA NA ESCOLA

As situações relatadas acima estão relacionadas a diversos fatores e, portanto, não podem ser analisadas de forma isolada, pois nelas estão imbricadas, tanto as questões sociais, quanto as da própria instituição escolar. Para compreender esses fenômenos é necessário recorrer primeiro à sua diferenciação, conforme propõe Charlot (2002), pois é comum que no cotidiano escolar esses fenômenos sejam identificados e registrados por meio de expressões genéricas como “violência na escola”, o que dificulta a sua compreensão.

Segundo Charlot (2002), sociólogos e pesquisadores franceses em ciências da educação propuseram a substituição da expressão “violência na escola” pelo uso de conceitos mais precisos sobre os fenômenos, tais como: 1) violência na escola, aquela produzida no interior da escola, mas relacionada a fatores sociais externos; 2) violência à escola, quando alunos praticam ações contra a instituição, como vandalismo, bater ou insultar professor; e 3) violência da escola, quando a violência é praticada pela própria instituição, de forma simbólica, por meio de palavras desdenhosas dirigidas aos alunos, organização das classes, atribuição de notas, etc.

Além dessa conceituação, Charlot (2002) aponta ainda para a necessidade de distinguir a violência da transgressão e da incivilidade. O termo transgressão refere-se ao comportamento que contraria o regimento interno da instituição, mas que não é ilegal, como faltar com respeito, não realizar os trabalhos escolares, ausentar-se das aulas, etc. Vale dizer que a transgressão é denominada por outros autores como indisciplina. Quanto à incivilidade, esta não contraria o regimento, mas sim as regras de boa convivência e se manifesta repetidamente através de empurrões, desordem, grosserias, palavras ofensivas, etc.

Quando analisados os dois casos relatados acima, percebe-se que, segundo esse referencial teórico, eles são de natureza distinta. O primeiro pode ser caracterizado como uma situação de transgressão e o segundo, como um episódio que envolve a violência na escola e a violência à escola.

A transgressão é um fenômeno que está interligado ao tipo de relação estabelecida entre professores e alunos, à própria organização da escola e, especificamente no primeiro caso relatado, à concepção de educação presente entre os docentes. Nesse sentido, é importante observar que nas situações em que a transgressão é generalizada, dificilmente o comportamento dos alunos é algo intrínseco e espontâneo, mas, geralmente, é construído e reforçado no interior da instituição. O comportamento dos alunos expressa o reconhecimento ou não de regras de convivência necessárias ao estabelecimento de condições favoráveis ao processo de ensino e aprendizagem, e à legitimidade atribuída a elas.

Assim, não basta a existência de regras impostas de fora para dentro. É necessário que os alunos internalizem a disciplina como algo imprescindível para a aprendizagem e para as suas vidas. Esse processo também não é espontâneo e, de acordo com Adorno (1995), o papel da educação é contribuir para o desenvolvimento de uma autorreflexão crítica, que leve os alunos a refletirem sobre o seu próprio comportamento e as consequências deste para si e para a sociedade. Nesse processo, é necessária a manifestação de uma autoridade esclarecida que, ao contrário da autoridade não esclarecida (autoritária), que contribui para a reprodução da barbárie, conduza o aluno a refletir sobre os seus atos e a sociedade na qual está inserido. Na escola, essa autoridade deve ser exercida pelo professor.

A autorreflexão crítica não tem como objetivo único a adaptação dos indivíduos à sociedade, embora Adorno (1995) não negue a sua necessidade, mas é fundamental

para o desenvolvimento da crítica da sociedade tal como ela é, e, portanto, para a sua transformação. Dessa forma, o desenvolvimento da emancipação não prescinde da autoridade, mas, ao contrário, o autor aponta que, conforme pesquisa realizada por Else Frenkel-Brunswik, as crianças mais comportadas tornaram-se pessoas autônomas e com opiniões próprias antes das crianças refratárias.

Segundo Adorno (1995), para além da formação intelectual, o objetivo da escola, por mais restrito que seja o seu alcance e suas possibilidades, é desbarbarizar a sociedade. Para o autor, a barbárie se caracteriza pela agressividade primitiva, um impulso de destruição que coloca em risco a própria civilização, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade. Para além da violência, a barbárie também pode se manifestar por meio da passividade inofensiva exercida por aqueles que se tornam condescendentes às suas manifestações.

Nesse sentido, com base no pensamento de Adorno (1995), é possível inferir que o comportamento transgressor dos alunos, descrito no primeiro caso, não significou uma situação atípica, uma vez que episódios como esse foram recorrentes ao longo do ano letivo, mas trata-se de uma conduta que se desenvolveu no interior da unidade e que não foi interdita por uma autoridade esclarecida que, de forma sistemática, levasse os alunos à uma reflexão crítica a respeito de seus atos.

A atitude tomada pela auxiliar de período de ameaçar convocar os pais dos alunos, assim como o seu discurso, não foram suficientes para que eles reavaliassem e modificassem a sua postura porque, segundo Adorno (1995), não basta apelar para vínculos de compromisso, é necessário a experiência, criar condições para a reflexão e o diálogo. Isso não ocorreu naquela ocasião e em tantas outras, pois os alunos já haviam sido estereotipados e a concepção de educação presente na escola, expressa pela funcionária, não permitia.

A concepção de educação presente entre grande parte dos docentes da unidade, expressa em reuniões coletivas, era de que a escola não poderia ter muitas expectativas em relação aos seus alunos, dadas as condições socioeconômicas às quais estavam submetidos, e, portanto, pouco deveriam oferecer e cobrar. Para os docentes, a principal função social da escola seria garantir a alimentação, o abrigo e a socialização, preterindo consequentemente a formação intelectual, moral, emocional e da personalidade.

De acordo com Fanfani (2011), às expectativas negativas dos docentes quanto aos alunos de determinadas escolas estão relacionadas ao fato de que essas instituições também são estigmatizadas devido à presença de políticas educacionais compensatórias, que acabam se sobrepondo à função clássica da escola, que seria transmitir o conhecimento acumulado e socialmente relevante às novas gerações, de forma a inseri-las na sociedade.

As políticas educacionais compensatórias, segundo Fanfani (2011), estão presentes em grande parte das escolas latino-americanas, desde a década de 1990, com o objetivo de garantir as condições mínimas necessárias à aprendizagem, como alimentação, uniforme, material didático, transporte, etc. No entanto, tais políticas, ao mesmo tempo que são fundamentais para a garantia do acesso e permanência das crianças à escola, também acabam gerando efeitos perversos de hierarquização e estigmatização por parte de todos os atores escolares, docentes, alunos e até as famílias. Para o autor, *“Muchos tienden a creer que los chicos de las clases más subordinadas y excluidas no están en condiciones de aprender lo mismo que los ‘chicos normales’, o que van a la escuela sólo para comer”* (FANFANI, 2011, p. 145).

Esse preconceito, conforme aponta Fanfani (2011), pode favorecer o desenvolvimento de atitudes de condescendência pedagógica que se expressam por meio da adoção de programas de ensino (currículo) e avaliações menos ambiciosas, e até mesmo na promoção automática. Quando analisado o caso relatado, é possível observar que a atitude de condescendência pedagógica se manifesta também na indisposição dos profissionais da educação em promover de forma sistemática, reflexões e diálogos junto aos alunos acerca das implicações de tais comportamentos na sua formação.

Dessa forma, segundo o autor, à medida que os alunos são excluídos do conhecimento, instaura-se o círculo vicioso da desigualdade, ou seja, a escola acaba reproduzindo a injustiça social que nela se repercute. Portanto, *“la privación cultural es siempre dominación cultural, lo cual em el limite excluye la consciencia de lá própria situación (...). La exclusión del conocimiento casi siempre se associa com uma incapacidade de demandar aquello de lo que se está excluído”* (FANFANI, 2011, p. 137). Com essa análise não se pretende, contudo, responsabilizar unicamente os professores, visto que o trabalho pedagógico depende diretamente da forma como a

escola se organiza para atender os alunos, que em grande parte é determinada por órgãos superiores.

Assim como o primeiro caso relatado, o segundo não pode ser analisado como um fenômeno isolado. De acordo com Charlot (2002), a violência na escola não é um fenômeno novo, mas assume formas que são novas, que embora mais raras, como estupros, homicídios, ou agressões com armas, produzem uma angústia social devido à percepção de que a escola não é mais um lugar protegido. Além disso, observa-se que os jovens envolvidos em situações de violência na escola são cada vez mais novos. Esses jovens, geralmente, são ao mesmo tempo autores e vítimas da violência, uma vez que padecem de diversas formas de violência social, como problemas familiares, desemprego, uso de drogas, agressões sexuais, etc.

A situação de violência envolvendo os alunos Rafael e Flávio, expressa a vulnerabilidade da instituição escolar e de seus profissionais frente a esse fenômeno, assim como a fragilidade desses adolescentes que desde muito cedo, devido a uma série de fatores sociais, passam a estar submetidos ao comando do tráfico. O trabalho nessas facções torna-se um meio de sobrevivência para esses garotos, ao mesmo tempo que os expõe ao risco de morte a qualquer momento. Flávio, por exemplo, foi morto alguns anos após o evento ocorrido na escola, não se sabe ao certo se pelo tráfico ou pela polícia.

Conforme a conceituação apresentada por Charlot (2002), o episódio envolveu dois tipos de violência: na escola e à escola. Nesse caso, os fenômenos estavam imbricados. A reação de Rafael contra mim foi decorrente, segundo ele próprio, da necessidade de proteger Flávio, um trabalhador do tráfico. Nesse sentido, a violência que se manifestou na escola foi consequência da violência presente na sociedade, embora o momento pelo qual a instituição também apresentava condições favoráveis a tais incidentes. Sobre a questão da instituição, o autor aponta que quando se analisam os estabelecimentos de ensino onde a violência escolar é grande, encontra-se uma situação de forte tensão entre professores e alunos, que pode estar relacionada a fatores externos, como o estado da sociedade e do bairro, e a própria escola.

Acerca da violência na sociedade contemporânea, Ianni (2002) afirma que esta é fabricada pela própria trama das relações sociais e pelos jogos das forças político-econômicas. A violência, portanto, parece algo intrínseco à forma pela qual a sociedade moderna se organizou e se desenvolve, é inerente ao capitalismo, e está presente desde a

exploração da natureza e do trabalhador, nas relações de poder e nas instituições, além de adquirir refinamentos sofisticados, traduzindo-se em técnicas de controle social.

A violência em suas diversas formas, material, física, espiritual, ideológica, se manifesta também no interior da escola. Essa violência é o que Adorno (1995) denominou barbárie, cujo combate é a principal função da escola. Tomando como referência o pensamento de Freud, o autor afirma que a barbárie está em cada um de nós, podendo ser cultivada ou não. Para que ela seja contida é necessário, portanto, a superação da heteronomia, ou seja, é necessário que o indivíduo desenvolva, desde a primeira infância, a capacidade de refletir criticamente acerca de seus atos e sobre a sociedade que vive, se tornando menos vulnerável ao que lhe é imposto a partir do exterior, evitando, portanto, reproduzir a barbárie presente em cada um e na sociedade. Nesse processo, a figura do professor como uma autoridade esclarecida é fundamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as diversas questões às quais o professor se depara ao iniciar a sua atividade profissional, a relação entre professor e aluno é sem dúvida fundamental, uma vez que a partir dela será estruturado todo o trabalho pedagógico. Essa relação é determinada tanto por questões subjetivas, como a concepção de educação, quanto objetivas, aquelas que dizem respeito à questão própria da organização escolar e do contexto social em que a instituição está inserida.

A relação entre professores e alunos é permeada e influenciada, portanto, por diversas situações presentes no cotidiano escolar como os conflitos – que fazem parte do processo de socialização e aprendizagem – a transgressão, e incivilidade, os diversos tipos de violência, etc. Sendo assim, é necessário que os docentes se dediquem a compreender a natureza particular de cada um desses fenômenos, por meio de diversos referenciais teóricos, de forma a identificar a sua origem e complexidade e, a partir daí, propor ações coletivas para o seu enfrentamento na escola.

Esse exercício, que precisa ser sistemático, é necessário não porque será possível eliminá-los por completo do cotidiano escolar, mas para que a partir da sua manifestação, seja possível problematizá-los junto aos alunos. Para que isso ocorra é necessária uma compreensão ampla dos fenômenos, para além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias [online]**, Porto Alegre, 2002, n.8, p. 432-443.

FANFANI, E. T. **La escuela y la cuestión social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

IANNI, O. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia [online]**. Campinas, 2002, v. 7, n. 12, p. 7-30.